



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
**Boletim conjunto de professores e funcionários, das
redes públicas estadual e municipal de SP**
(Apeoesp / Sinpeem / Afuse)

POLÍTICA OPERÁRIA

12 de abril de 2021

OS GOVERNOS ESTÃO IMPONDO O RETORNO PRESENCIAL ÀS ESCOLAS.

Convocar as assembleias presenciais já!

Quem deve decidir sobre o retorno ou não são os trabalhadores, os estudantes e as comunidades!

É preciso mudar a orientação e os métodos, para que a luta seja vitoriosa.

Erguer a luta unitária do professorado com o conjunto dos oprimidos, em defesa da vacinação universal (a começar pelos pobres e miseráveis), dos empregos, salários, direitos e saúde pública.

Combater o Ensino a Distância, lutando em defesa da educação pública, gratuita, laica, científica, para todos e em todos os níveis, sob controle dos estudantes e trabalhadores e vinculada à produção social.

Com a volta à fase vermelha do Plano São Paulo, governo estadual já determinou o retorno presencial às escolas, no que foi seguido pela Prefeitura da capital. Para os estudantes, a volta não é obrigatória e as escolas podem funcionar com apenas 35% das turmas, além de estar mantida a opção do ensino remoto. Trabalhadores com mais de 60 anos e com comorbidades continuam em teletrabalho.

O retorno está sendo imposto quando a pandemia continua vitimando milhares de pessoas diariamente. A vacinação dos educadores já se iniciou no dia 10/04, mas apenas para os que têm 47 anos ou mais, o que é insuficiente. As escolas não oferecem as condições necessárias de segurança sanitária, os protocolos se mostraram inócuos. Contudo, a pressão de setores do capital, em especial das escolas privadas, se mostra mais forte. Algumas tentativas de retorno foram feitas antes pelos governos, mas acabaram frustradas pela gravidade da pandemia e pelo fato de as famílias não enviarem as crianças à escola.

O movimento de “greve sanitária” dos trabalhadores das duas redes, apesar das particularidades, na verdade, se caracterizou como um boicote individual e passivo ao ensino presencial. Apesar de justo, não se constituiu como uma verdadeira greve, pois isso implicaria que os trabalhadores, organizados a partir das escolas, paralisassem as atividades e projetassem o movimento coletivamente e de forma ativa no sentido da conquista de suas reivindicações. As direções, ao contrário, impuseram às suas bases, sem que fossem realizadas as as-

sembleias presenciais, que ficassem isoladas em suas casas.

A diferença de caracterização que a Corrente Proletária na Educação/POR apresentou, mostrando que se tratava de um boicote, tinha e tem um sentido prático concreto: com os trabalhadores isolados em suas casas, sem erguer uma mobilização coletiva, massiva e unitária, não seria possível derrotar os governos. Agora, depois de mais de um ano de vigência da política do “fica em casa”, está mais claro do que nunca a sua falta de efetividade. Daí o combate da Corrente Proletária pela mudança da orientação e dos métodos de luta, para que o movimento fosse vitorioso.

Diante do fracasso da “greve sanitária”, da submissão à política burguesa do isolamento social, do fechamento dos sindicatos e da passividade em que submeteu o magistério, as direções sindicais recorreram às ações na Justiça burguesa para criar fatos políticos, como forma de se justificarem diante das suas bases, tentando ocultar o próprio imobilismo. A política de judicialização do movimento nunca trouxe conquistas aos trabalhadores, quando se obtém uma “conquista”, logo é derrubada ou simplesmente ignorada.

Nesse momento, não há mais “greve sanitária” entre os estaduais e, entre os municipais, ela prossegue. A direção do Sinpeem realizou um arremedo de “assembleia”, pela via virtual, que contemplou uma ultraminoria de trabalhadores e em que só o presidente do sindicato pôde falar. Escancarou que o método de discussão e deliberação on-line só pode resultar na mais

completa ausência de democracia.

Antes, as decisões estavam sendo tomadas “unificadamente” pelo Fórum das Entidades (que congrega os sindicatos municipais), na verdade, por cima e pelas costas da base. Agora, nem essa pseudounidade subsiste, devido a divergências, mal esclarecidas ao conjunto dos trabalhadores, entre as direções dos sindicatos no Fórum. Um dos pontos de desacordo, de acordo com os informes das próprias direções, foi a composição de um fundo de greve para socorrer àqueles que tiveram desconto no salário, devido à participação no boicote.

Muitos trabalhadores, tanto da rede municipal, como da estadual, se sentem acuados pela pressão econômica, dada a ameaça de corte do ponto. O decreto que estabeleceu a Educação como atividade essencial facilita as manobras repressivas por parte dos governos. A burguesia e seu Estado têm inúmeras ferramentas ao seu dispor para enfrentar a luta de classes. De sua parte, os trabalhadores possuem a sua força social coletiva e o método da ação direta. Os métodos passivos e individuais, a exemplo dos twittaços, lives, carreatas etc., assim como o eleitoralismo, a pressão parlamentar e o desvio para a Justiça burguesa, só têm levado os explorados a derrotas e mais derrotas.

Contribui para esse fracasso o predomínio do corporativismo. As reivindicações adotadas pelas direções sindicais da Educação foram, principalmente, de defesa do Ensino a Distância (EaD) e de priorização no plano de vacinação. Ambas contribuíram para o isolamento da mobilização do magistério, pois não atendem às necessidades dos oprimidos de conjunto, além de serem profundamente equivocadas. O EaD é uma excrescência do ca-

pitalismo, um mecanismo de precarização do ensino, que aprofunda a crise da Educação. Quanto à vacinação, o correto era e ainda é defender que os mais duramente atingidos pela pandemia, que são os pobres e miseráveis, sejam vacinados primeiro.

O resultado da política desastrosa das direções dos sindicatos e das centrais, caracterizada sobretudo pelo caráter de conciliação de classes, foi que os governos ficaram de mãos livres para continuar atacando os trabalhadores. Estão preparando, entre várias medidas, a contrarreforma administrativa, com o objetivo de destruir a estabilidade do funcionalismo. É possível resistir e derrotar esses ataques!

A tarefa que cabe aos trabalhadores da Educação das duas redes é romper a paralisia imposta pelas burocracias sindicais. O ponto de partida é a convocação das assembleias presenciais, para organizar a luta. Quem deve decidir sobre o retorno ou não das aulas presenciais são os trabalhadores, estudantes e suas famílias. É preciso mudar a orientação da mobilização e levantar um movimento massivo, contra os ataques dos governos e da burguesia, com o método da ação direta, ou seja, os bloqueios de avenidas, os piquetes e ocupações etc.

As reivindicações que correspondem a essa necessidade são aquelas que realmente defendem a vida das massas, como a vacinação universal, a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e da Saúde pública. Somente assim os trabalhadores terão proteção diante da pandemia e terão o seu direito democrático de organização e manifestação preservado. ■

PEC emergencial para salvar o capital

A PEC 186 (agora EC 109) foi aprovada pelo Congresso Nacional, com o objetivo de se tornar um poderoso instrumento do governo Bolsonaro em favor dos grandes capitalistas, credores da dívida pública. O custo desta “garantia financeira” sairá, como era de se esperar deste governo ultraliberal, do bolso dos servidores públicos.

A pandemia, e particularmente o fim da miséria do auxílio emergencial, serviu de pretexto para que se aprovasse a PEC, já pleiteada por Bolsonaro/Guedes desde 2019 (Plano Mais Brasil). O fundamento da medida é o de implementar e ampliar duas regras que garantem o parasitismo da dívida pública, o “Teto de Gastos” (que congela os gastos sociais por 20 anos) e a “Regra de Ouro” (decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede o governo de contrair dívidas para cobrir despesas correntes). Recai sobre as costas dos servidores e dos serviços públicos, na medida em que congela seus salários (e impede que sejam reivindicados na justiça retroativamente), impede concursos etc.

É forçoso reconhecer que a sustentação da dívida pública é o motor das contrarreformas. Seu crescimento descontrolado, 51,5% do PIB em 2013 e 90% este ano (dívida bruta), tem servido aos diferentes governos como argumento para implementar toda forma de ajuste fiscal. Enquanto isso, os serviços verdadeiramente essenciais sangram: no orçamento de 2020, ano de pande-

mia, a Saúde ficou com 4,26%, enquanto a dívida levou mais de 39%.

Reformistas e centristas mostram que a dívida é fraudulenta e injusta, o que está correto, mas concluem com a bandeira ilusória da auditoria. Creem ser possível que o Parlamento, apodrecido e umbilicalmente ligado ao capital, enfrente seus verdadeiros chefes. Qualquer movimento nesse sentido, ou de taxaço e tributação, é imediatamente respondido com chantagens da Bolsa de Valores e fuga de capitais. Assim, a ilusão reformista de disciplinar o capital, com a condição de serem eleitos, serve apenas para desviar a luta das massas contra o capitalismo de conjunto e todas suas manifestações, usando os métodos da luta de classes.

A saída não pode ser corporativista. Cabe aos servidores públicos se aliar aos demais trabalhadores para combater os ataques dos governos e da burguesia de conjunto. Faz parte desta tarefa a luta pela revogação do conjunto de medidas que destroem o funcionalismo, como a EC 95 (Teto), EC 109 (emergencial), a contrarreforma administrativa e as privatizações. Os fios invisíveis do capital, que sugam as riquezas nacionais, levam aos países imperialistas. Desta forma, é urgente a constituição de uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado, que seja capaz de barrar o saque do capital sobre as semicolônias. ■